



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura Internacional

ano 3 • nº 02 • 12 a 18/02/2006 • ISSN 1809-6182

Análises

16/02/2006 – Bolívia: centralidade e geopolítica na América do Sul p.01

Marcada por problemas políticos, econômicos e sociais, a Bolívia elege seu primeiro presidente de origem indígena. Impactos políticos e econômicos da vitória de Evo Morales atingem o Brasil e os investimentos da Petrobrás no país. Seu governo pretende implementar reformas nos setores de petróleo e gás natural.

Resenhas

13/02/2006 – Políticos se reúnem na Malásia para discutir relação entre Islã e Ocidente p.06

Políticos e analistas dos países islâmicos e da Europa se reuniram em Kuala Lumpur, capital da Malásia, em uma conferência internacional que teve como objetivo discutir as relações entre o Islã e o Ocidente dado o contexto da publicação em jornais ocidentais de caricaturas do profeta Maomé.

15/02/2006 – Instalação de fábrica de celulose no Uruguai gera conflitos p.08

A instalação de uma fábrica de celulose no Uruguai gera conflitos com a Argentina, levantando o debate sobre o impacto ambiental, culminando em protestos e denúncia na Suprema Corte.

16/02/2006 – Resultado final das eleições no Chile p.10

A candidata da situação, Michelle Bachelet, vence as eleições presidenciais no Chile e será a primeira mulher a governar um país sul-americano.

16/02/2006 – Chirac discursa na base de Ile Longue p.12

Ao visitar a base de submarinos Ile Longue, o Presidente francês, Jaques Chirac, declarou que a França poderia fazer uso de seu arsenal nuclear contra qualquer Estado que praticasse atos terroristas ou usasse armas de destruição em massa contra seu país.

Bolívia: centralidade e geopolítica na América do Sul

Análise
Segurança / Desenvolvimento / Economia e Comércio / Integração Regional

Professor Rodrigo Corrêa Teixeira
Wesley Robert Pereira

16 de fevereiro de 2006

Marcada por problemas políticos, econômicos e sociais, a Bolívia elege seu primeiro presidente de origem indígena. Impactos políticos e econômicos da vitória de Evo Morales atingem o Brasil e os investimentos da Petrobrás no país. Seu governo pretende implementar reformas nos setores de petróleo e gás natural.

A Bolívia é o país mais pobre da América do Sul e está entre os mais pobres do mundo [ver [Dezoito países pobres terão suas dívidas perdoadas](#)]. Seus recursos no setor de energia têm provocado discussões e instabilidades no país nos últimos anos.

Situada no centro geográfico do subcontinente sul-americano, reduzida territorialmente por sucessivas guerras e privada, por uma delas, de acesso soberano ao Oceano Pacífico, a Bolívia definiu o perfil de sua política externa, em primeiro lugar, em relação aos seus vizinhos: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Peru.

As eleições de 2005

A instabilidade política, econômica e social na Bolívia marca todo o seu processo de retomada da democracia. Apesar de golpes militares não terem ocorrido no país desde 1982, a trajetória boliviana é marcada por um padrão de fragilidade em suas instituições democráticas, gerando pouca governabilidade. O mandato da presidência é de cinco anos, e desde o

início do processo de democratização (1982) o país foi dirigido por nove presidentes.

As eleições gerais de 18 de dezembro de 2005, consagraram o *Movimiento al Socialismo* (MAS) como o grande vitorioso do pleito. O líder cocaleiro Evo Morales Aima recebeu 53,74% dos votos válidos para a presidência e seu partido conquistou 84 cadeiras no Congresso Nacional enquanto que o *Poder Democrático y Social* (PODEMOS), do ex-presidente Jorge Quiroga, segundo colocado, obteve 56 assentos.

O Sistema político da Bolívia estabelece um Congresso Nacional com 157 autoridades políticas. A Câmara dos Deputados comporta 130 congressistas divididos por critério demográfico entre os nove departamentos do país [ver [Eleições gerais na Bolívia são adiadas](#)]. Já na Câmara dos Senadores o critério estabelecido é três senadores por departamento. Dessa forma, os dois principais partidos da Bolívia, MAS e PODEMOS, possuem na Câmara dos Deputados 72 e 43 congressistas, respectivamente. No Senado, o governo de Morales obteve 12 assentos contra 13 da PODEMOS. Nesse quesito, apesar do

MAS ter obtido a maior parte dos votos para o Senado, seu partido rival é que obteve maior número de assentos. Isso se deve à configuração de um sistema eleitoral em que os votos dados aos candidatos a senadores do MAS não podem ser redirecionados aos departamentos em que este teve menor número frente a PODEMOS.

Três fatos marcaram as eleições gerais de dezembro de 2005: foi o sexto processo eleitoral no período de redemocratização, processo anteriormente marcado para junho de 2007, ou seja, em apenas 23 anos houve seis eleições gerais e nove presidentes; em segundo lugar, foi a maior participação de bolivianos nas eleições nesse período; e finalmente, foi a primeira transferência de faixa presidencial e para um membro da comunidade indígena.

Para o chefe adjunto da missão da Organização dos Estados Americanos (OEA) na Bolívia, Steven Griner, as eleições “se realizaram em um marco de perfeita normalidade, boa administração e notável organização”. Porém, Griner fez algumas recomendações para melhorar o sistema eleitoral boliviano. E isso inclui reforma e modernização do modelo eleitoral, financiamento público e campanhas prévias de informações sobre os comícios.

Segundo a Corte Nacional Eleitoral, 84,5% dos bolivianos cadastrados como eleitores compareceram às urnas. Esse número representa a maior participação da história do país desde a redemocratização do país em 1982. Além disso, em 22 de janeiro de 2006 foi a primeira vez que houve a transferência da faixa presidencial desde a saída dos militares.

A centralidade geopolítica da Bolívia na América do Sul

Entre a independência boliviana (1825) e o final da Guerra do Chaco (1935), a política externa da Bolívia garantiu a condição de

Estado independente, mas o fez a um alto preço: houve uma redução de quase 40% do território original, em termos quantitativos; sob o aspecto qualitativo, houve a perda de território de acesso do país ao mar.

No entanto, a política exterior da Bolívia, desde suas origens republicanas no início século XIX, em nenhum momento de sua história diplomática houve dúvidas quanto ao reconhecimento da independência da Bolívia pelos países vizinhos e pelas potências mundiais. Isso não significou ausência de questionamentos quanto às suas fronteiras. Soma-se a isto a preocupação do país de garantir a livre navegação dos rios internacionais para assegurar a saída ao mar por meio do Rio da Prata.

Logo depois da Guerra do Chaco (1932-1935), a Bolívia iniciou uma nova perspectiva programática em sua política externa, enfatizando a Bolívia como território de contatos, não de antagonismos. A partir daí, esta orientação geopolítica ressaltou sua posição geográfica central na América do Sul, participando com porções do seu território tanto a composição da Cordilheira dos Andes, como também para a Bacia do Prata e da Amazônia. A Bolívia tem sido tradicionalmente alijada dos principais processos de integração platino e amazônico, participando pouco na elaboração de políticas quanto às decisões sobre o manejo, uso e administração integral desses complexos naturais.

A Bolívia tem procurado estar em contato com seus vizinhos, numa perspectiva multilateral, tentando evitar rivalidades e buscando promover uma harmonização das diferenças e interesses. A função que a Bolívia se atribui é, portanto, essencialmente pacífica, e exclui completamente toda e qualquer idéia de força e de violência, precisamente para que não acabe, por causa de sua própria debilidade, como vítima da força e da

violência alheia, em choque sobre seu território indefeso. As características geográficas condicionam a Bolívia, que a partir delas pode estabelecer uma política externa de isolamento, como também de atração, de articulação, de união, de soldadura (convergência) entre os países que a rodeiam. Exemplificado pela travessia dos Andes, que na Bolívia apresenta-se como dois dos melhores trajetos em toda a Cordilheira Andina.

A falta de unidade nacional em torno do tema-chave de sua auto-imagem – o da reintegração marítima, tendo o país se dividido entre “*reivindicacionistas*” e “*practicistas*”, desenvolvendo-se paixões a favor e contra os vizinhos do Pacífico, com a proliferação de “peruanófilos” e “chilenófilos” – resultou no descaso quanto a uma verdadeira posição nacional.

Questões ao novo governo e o setor energético

O desafio posto ao governo de Morales é compatibilizar reivindicações dos bolivianos ao contexto de acomodações de seus cinco países fronteiriços: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Peru. Com a Argentina e o Brasil, o aspecto econômico se sobressai devido a questão dos recursos energéticos, enquanto que com o Chile, Peru e Paraguai o aspecto de rivalidade se sobressai. Essa rivalidade com os dois primeiros está assentada na perda do acesso ao Oceano Pacífico pelo corredor do Atacama (Guerra do Pacífico – 1879-84) e ao terceiro pela perda da região do Chaco em 1935. Enfim, esses países limítrofes não possuem grandes interesses em trazer mudanças em suas relações com a Bolívia. Talvez com uma sutil relação com o Chile que desde fins da década de 1970 concordou em abrir negociações para a Bolívia ter acesso ao Oceano Pacífico. Mas o Peru contesta tal negociação.

No âmbito dos indicadores macroeconômicos, o Produto Interno Bruto (PIB) boliviano tem crescido em

função dos investimentos estrangeiros diretos (IED) sobretudo do Brasil (Petrobras) e Argentina. O Brasil é o maior investidor estrangeiro na Bolívia e essa tem no Brasil seu maior parceiro comercial. O país andino exporta 40% e importa 29,7% do Brasil, segundo dados da CIA (2004).

Em 1995, o país privatizou o setor de extração mineral e gás natural. O Brasil possui grande interesse nesse país e em 1999 assinou um contrato de fornecimento de gás natural por 20 anos. Além dessas especificidades das relações Brasil-Bolívia, ambos fazem parte da estrutura institucional do Mercosul. Há uma tentativa de fortalecimento da integração física da América do Sul, liderada pelo Brasil [ver [Reunião de Cúpula dos Presidentes do Mercosul](#)]. Essa tentativa se daria a partir de uma união da Comunidade Andina (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela) com o Mercosul (que tem a Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela como membros associados atualmente).

A atuação da Petrobras na Bolívia se deu com a criação da empresa Petrobras Bolívia, que entrou em operação em 1996. Em 1999, o governo também privatizou suas refinarias e a Petrobras Bolívia se tornou sócia majoritária na *Empresa Boliviana de Refinación S.A.* que opera as duas maiores refinarias do país: Guillermo Elder Bell e Gualberto Villarroel, localizadas nos departamentos de Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba, respectivamente (ver mapa da Bolívia na seção mapas). Em síntese, a participação da Petrobras na Bolívia foca os setores de exploração, produção, refino e distribuição de gás natural e energia tanto para a Bolívia quanto para o Brasil.

O Brasil e a Petrobras são os maiores investidores do país. Como pode ser visto no mapa da Bolívia, a Petrobras preparou boa parte da infraestrutura do país e a dimensão das exportações dos recursos energéticos para o Brasil ajudam a suprir

boa parte da demanda da região sul.

Do terceiro trimestre de 1999 ao terceiro trimestre de 2005, a exportação de gás natural para o Brasil foi multiplicada por quase 14 vezes. Isso representa uma expansão de 1.736 para 23.905 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia. Cabe ressaltar que essa expansão beneficia a Bolívia na medida em que somente pessoas jurídicas pagam impostos no país. Isso não chega a ser chocante num país que possui 64% da população abaixo da linha de pobreza.

Em meados de 2005, o país aprovou a nova Lei de Hidrocarbonetos que entre outras coisas estabeleceu o imposto de 32% sobre a extração de petróleo e gás natural. A nova lei também determina a nacionalização dos campos de reservas de gás natural. Com isso, a Petrobras perderia o uso dos produtos dessas reservas. Porém, Morales afirmou ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que os contratos com a empresa serão mantidos.

Contudo, no Programa de Governo do MAS está especificado que “todo gás e petróleo que se extrai deve ser entregue à propriedade do Estado Boliviano[...], e é o Estado boliviano que define a quem vender, a que preço vender, etc.”.

Diante disso, o governo de Morales se encontra num dilema de atender aos interesses de seu eleitorado [ver [Instabilidade Política na Bolívia](#)] ou se inserir nos projetos de integração física da América do Sul, estando integrado à Comunidade Andina e ao Mercosul. A Yacimientos Petrolíferos Fiscales Boliviano (YPFB) - empresa estatal responsável pela fiscalização da exploração de gás e petróleo - possui um acordo de fornecimento de recursos energéticos com a Petrobrás, que findará em 2019, e segundo a Lei de Hidrocarbonetos prejudicará bastante a empresa brasileira. Porém, o novo governo tem insistido na sua boa receptividade aos investimentos

estrangeiros, sobretudo do Brasil e que não expropriará os bens de empresas estrangeiras. Seu propósito é a nacionalização das reservas de gás natural com o embasamento da nova Lei de Hidrocarbonetos.

Referência

BONIFACE, Pascal. **Atlas das Relações Internacionais**. 2ª edição; Lisboa: Plátano, 2000. 174p.

CORDELLIER, Serge; DIDOT, Beatrice. **O Mundo hoje 1995/96**: anuário econômico e geopolítico mundial. São Paulo: Ensaio, 1996. 616p.

CORDELLIER, Serge; DIDOT, Béatrice. **L'etat du monde**: Annuaire économique géopolitique mondial. Paris: La Découverte, 2005

Sites:

CIA - The World Factbook

<http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/>

Corte Nacional Electoral

<http://www.cne.org.bo/>

El Diario

<http://www.eldiario.net/>

Library of Congress

<http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/>

Petrobras

<http://www2.petrobras.com.br/portugues/index.asp>

Movimiento al Socialismo (MAS)

<http://www.mas.org.bo/>

Yacimientos Petroliferos Fiscales Bolivianos

<http://www.ypfb.gov.bo>



Ver também:

02/12/2004 - [Reunião de Cúpula dos Presidentes do Mercosul](#)

13/12/2004 - [Reunião de Cuzco marca lançamento da Comunidade Sul Americana de Nações](#)

08/07/2005 - [Instabilidade Política na Bolívia](#)

06/10/2005 - [Dezoito países pobres terão suas dívidas perdoadas](#)

17/11/2005 - [Eleições gerais na Bolívia são adiadas](#)

Políticos se reúnem na Malásia para discutir relação entre Islã e Ocidente

Resenha
Segurança

Rafaella Arruda Melo Pereira
13 de fevereiro de 2006

Políticos e analistas dos países islâmicos e da Europa se reuniram em Kuala Lumpur, capital da Malásia, em uma conferência internacional que teve como objetivo discutir as relações entre o Islã e o Ocidente dado o contexto da publicação em jornais ocidentais de caricaturas do profeta Maomé.

O correu em Kuala Lumpur, capital da Malásia (localização mostrada no mapa), nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2006, um encontro de líderes e analistas do mundo muçulmano e da Europa para discutir as relações atuais entre o Islã e o Ocidente, dada a crise internacional provocada pela publicação e reprodução em jornais e periódicos da Europa e de outros continentes de caricaturas do profeta Maomé.

As primeiras doze caricaturas do profeta foram publicadas em um jornal dinamarquês em setembro de 2005, sendo, posteriormente, reproduzidas em outros países europeus que defendiam o direito à liberdade de imprensa. Após as publicações, muitos protestos ocorreram em países muçulmanos, como Afeganistão, Síria e Líbano, culminando com a morte de várias pessoas.

A reunião de dois dias contou com a presença de cerca de 60 analistas e representantes políticos, tendo sua abertura com o discurso do Primeiro-Ministro malaio, Abdullah Ahmad Badawi. O líder é responsável por promover uma política considerada moderada no país por meio de políticas e ações policiais que combatam a

propagação do fundamentalismo na Malásia.

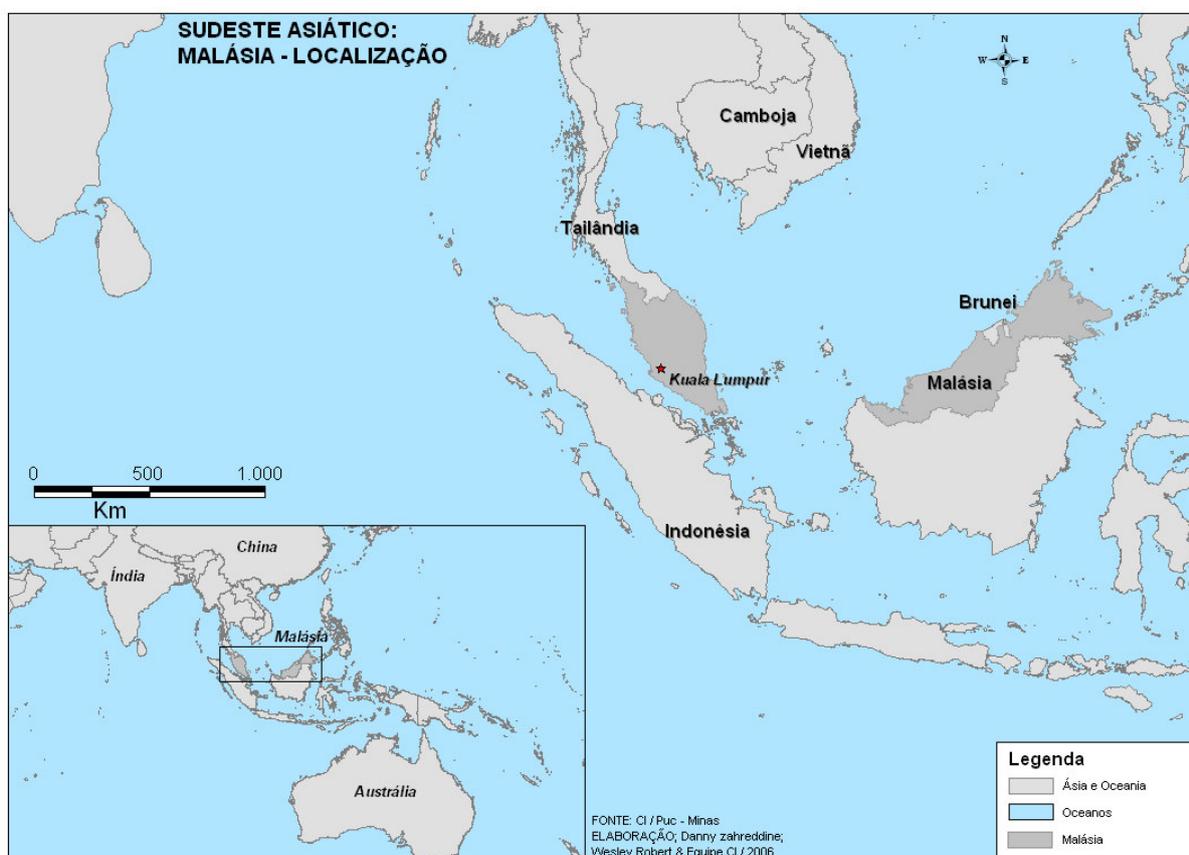
Em seu discurso de abertura, Abdullah defendeu a idéia de que os países muçulmanos e ocidentais respeitem uns aos outros, aceitando-se como iguais a fim de gerarem uma relação harmoniosa e baseada na reciprocidade. Para o Primeiro-Ministro, as políticas dos países ocidentais no Iraque e no Afeganistão e o conflito árabe-israelense têm originado uma enorme insatisfação na população muçulmana, ao mesmo tempo que têm produzido uma falsa imagem do Islã no Ocidente. "O Islã é sinônimo de violência e muitos ocidentais vêem os muçulmanos como terroristas congênicos", disse o representante da Malásia que, diante da atual situação, proibiu que as polêmicas caricaturas do profeta Maomé fossem publicadas, reproduzidas e copiadas no país.

Mohammad Khatami, ex-presidente iraniano também presente na conferência internacional, não se referiu diretamente à controvérsia internacional em seu discurso, focando nas questões atuais que enfrentam o Irã e suas relações com o Ocidente. Segundo ele, o mundo islâmico não pode mais suportar violência e extremismos em nome da religião,

devendo, portanto, estar preparado para uma nova era de progressos e reformas democráticas que promovam liberdade e avanços na ciência, tecnologia e economia.

Durante a Conferência Internacional, o Ministro das Relações Exteriores malaio, Seyyed Hamid, informou a imprensa sobre a intenção iraniana de realização de um encontro emergencial da Organização da Conferência Islâmica, a OIC (sigla em inglês para *Organization of the Islamic*

Conference), para nova discussão acerca dos protestos globais decorridos da publicação das caricaturas de Maomé. A Malásia que é a atual sede da presidência rotativa da OIC apóia a intenção do Irã. Segundo Hamid, o objetivo de tal encontro seria discutir o impacto da crise e a forma de contenção dos protestos no mundo muçulmano. A OIC conta, no presente momento, com a representação de 57 países muçulmanos.



Referência

Sites:

Manila Times

<http://www.manilatimes.net>

Washington Post

<http://www.washingtonpost.com>

World News

<http://www.wn.com>

Terra Notícias

<http://www.terra.com.br>

Tehran Times

<http://www.tehrantimes.com>

Instalação de fábrica de celulose no Uruguai gera conflitos

Resenha
Segurança / Economia e comércio

Ana Flávia Lima Teles
15 de fevereiro de 2006

A instalação de uma fábrica de celulose no Uruguai gera conflitos com a Argentina, levantando o debate sobre o impacto ambiental, culminando em protestos e denúncia na Suprema Corte.

No dia 12 de janeiro de 2006, ficou confirmada a instalação de uma fábrica de celulose no Uruguai. A fábrica será construída pela empresa sueco-finlandesa *Stora Enso* e será instalada nas margens do rio Negro, afluente do Rio Uruguai.

O Uruguai já possui duas fábricas de celulose: *Botnia* e a *Ence* que geraram polêmica com a Argentina. A Argentina pediu ao Uruguai que mudasse essas duas fábricas de Fray Bentos para outro lugar, mas ele se negou.

O Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez afirmou que essa terceira fábrica, por ser construída sobre um rio interno, longe do limite com a Argentina, possibilitará que as águas cheguem ao rio Uruguai sem problemas de contaminação. Esse é o mesmo argumento utilizado pela Argentina para defender as fábricas de celulose que estão sobre o rio Paraná.

O investimento previsto na construção dessa terceira fábrica é de \$ 1.250 milhões de dólares e 10.000 postos de trabalho, e durante o funcionamento, 500 postos diretos de trabalho e 2.500 indiretos. O empreendimento produzirá 1.400 milhões toneladas de celuloses por ano e usará como matéria prima 5 milhões de

toneladas de eucalipto.

Em protesto contra a construção da fábrica de celulose, ambientalistas fizeram barreiras nas estradas de acesso às pontes internacionais General San Martín e General Artigas, que unem o Uruguai e a Argentina. Cerca de 50 mil turistas argentinos desistiram de passar suas férias no Uruguai. O subsecretário do Ministério de Turismo do Uruguai, Alberto Prandi apontou que a ausência desses turistas argentinos, a maioria de classe média, representa o impacto que esses protestos causaram à atividade turística do país, e destacou que entre 12 mil e 15 mil veículos não entraram no país nessa temporada de verão. O vice-ministro afirmou que se não houvesse essa mobilização dos ambientalistas, o resultado da temporada seria outro, com níveis de atividades muito maiores aos que foram registrados até o momento.

O ponto central da discussão entre a Argentina e o Uruguai diz respeito aos métodos a serem adotados nas fábricas. Segundo autoridades do Uruguai, não há razões para adotar uma tecnologia totalmente livre de cloro (TCF) e que já estabeleceram modificações para prevenir a contaminação. Ainda de acordo com as autoridades, os métodos a serem adotados

pela fábrica de celulose se encontram entre uma das melhores técnicas disponíveis, o BAT. Esse método foi aprovado pelo Conselho da Europa 96/61 em 2001 e a fábrica também utilizará o processo de branqueamento EFC, livre de cloro elementar, somente utilizando dióxido de cloro. Essa técnica adotada gera concentrações de cloro elementar por volta de apenas um por cento e concentrações não detectáveis de dioxinas nos rios.

Mas, a Argentina apresentou um documento da Comissão Mista, criada para estudar o impacto ambiental das fábricas de celulose criticando a falta de informação do Uruguai e defendendo que essa fábrica causará danos ao meio ambiente. Segundo autoridades da Argentina, o método BAT já teria causado grande deterioração nas condições ambientais da Europa. A presença de cloro no processo gera substâncias contaminadoras (organoplastos) como as dioxinas, por exemplo. O dióxido de cloro gera compostos policlorados caracterizados pela baixa hidrossolubilidade, baixa biodisponibilidade, alta persistência e toxicidade.

Ainda de acordo com a Argentina, essas técnicas acordadas em 2001 pelo Conselho da Europa já evoluíram e já existiriam novas técnicas que não existiam em 2001, e também que o fato de que as dioxinas se acumularem em um nível não detectável não significa que não podem acumular em níveis perigosos.

A Argentina argumentou também que a indústria de celulose está no topo de geradores de contaminação e que com isso a demanda de terras para plantação, o uso intensivo de recursos de água e os volumes de substâncias tóxicas constituem um perigo que se expande para todas as regiões do planeta.

O Governador argentino Jorge Busti e o Vice Guillermo Guastavino apresentaram dia 19 de janeiro uma denúncia ao Centro

de Direitos Humanos e Ambiente (CEDHA) contra as empresas *Ence e Botnia* pelo delito de contaminação ambiental e também fizeram denúncia à Suprema Corte. Trata-se da primeira denúncia argentina por delito ambiental de acordo com o artigo 55 da lei de resíduos perigosos 24051, que estabelece punições para quem utilizar de resíduos que envenenar, contaminar, adulterar ou contaminar de algum modo perigoso para a saúde, o solo, a água, a atmosfera ou o ambiente em geral.

O Greenpeace, por sua vez, argumentou que é imprescindível transformar a indústria em uma atividade sustentável e que tanto Uruguai quanto Argentina assumam critérios de sustentabilidade para o desenvolvimento da indústria levando em consideração a capacidade de produzir matérias primas racionalmente e um uso adequado de recursos hídricos.

Referência

Sites:

Clarín

www.clarin.com

Folha on line

<http://www.folhaonline.com>

Resultado final das eleições no Chile

Resenha
Integração Regional

Sílvia Helena Guilherme Canêdo
16 de Fevereiro de 2005

A candidata da situação, Michelle Bachelet, vence as eleições presidenciais no Chile e será a primeira mulher a governar um país sul-americano.

A candidata da situação, Michelle Bachelet, foi eleita presidente do Chile no segundo turno das eleições presidenciais ocorridas no dia 15 de janeiro de 2006. Com 53,49% dos votos válidos Bachelet derrotou Sebastián Piñera, tornando-se a primeira presidente mulher de um país sul-americano.

Michelle Bachelet é ex-ministra da Saúde e da Defesa do atual governo de Ricardo Lagos, devendo assumir a presidência no dia 11 de março de 2006 para um mandato de 4 anos. Bachelet representa a *Consertación de Partidos* (partido de centro-esquerda que terá a maioria no congresso), que ao final de seu governo terá ficado 20 anos consecutivos à frente da presidência do Chile, tendo liderado a derrota do ex-ditador Augusto Pinochet e o retorno à democracia em 1990.

Duas semanas após ter sido eleita, no dia 30 de janeiro de 2006, Bachelet nomeou vinte integrantes de seu Gabinete, 10 homens e 10 mulheres. Dentre as nomeadas estão Vivianne Blanlot, do Partido pela Democracia, que comandará o Ministério da Defesa; Karen Poniatchik, do Partido Independente, que ficará com a área da Mineração; Paulina Veloso, do Partido Socialista, com a Coordenação Governamental e o Ministério da Saúde terá a frente Maria Soledad Barria, também do Partido Socialista.

Entre os Ministérios que serão ocupados por homens, estão o das Relações Exteriores, que terá Alejandro Foxley do Partido Cristão Democrata; Finanças, comandado por Andrés Velasco do Partido Independente e Interior, com Andrés Zaldívar, Cristão Democrata.

A eleição de Bachelet representa, para muitos integrantes da própria *Consertación*, uma nova etapa para a democracia chilena. Isso porque o país indica ter finalmente superado o período de transição democrática, que durou cerca de dezesseis anos e teria chegado ao fim durante o governo de Ricardo Lagos.

A própria eleição de uma mulher para à presidência já seria um forte indício das mudanças vividas no Chile. Apesar de esta ter sido a quarta eleição desde o fim do governo do general Augusto Pinochet, pela primeira vez a população se sentiu segura para falar abertamente sobre em quem iria votar, não temendo represálias por parte do governo.

Com relação aos vizinhos sul-americanos, a eleição de Bachelet representa, segundo analistas, uma maior integração entre o Chile e os demais países, principalmente Brasil, Argentina e Uruguai. Sócio do Mercosul, o Chile não deve, durante o governo de Bachelet, tornar-se membro pleno do bloco, uma vez que o Chile tem uma abertura de mercado mais intensa, com tarifas mais baixas do que os países



do Mercosul. Existiria também maior possibilidade de diálogo com a Venezuela de Hugo Chávez, e principalmente com a Bolívia de Evo Morales¹, país com o qual a própria Bachelet disse estar aberta ao diálogo.

Filha de um general da Aeronáutica do Chile morto durante o governo de Pinochet, Bachelet foi seqüestrada, feita prisioneira e torturada junto com sua mãe durante a ditadura, tendo vivido no exílio na Austrália e na Europa até 1979, quando retornou ao Chile.

Referência

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbcbrasil.com.br/>

Clarín

<http://www.clarin.com/>

Folha On-line

<http://www.folhaonline.com.br/>

La Nación

<http://www.lanacion.cl/>

The Washington Post

<http://www.washingtonpost.com/>

Ver também:

15/12/2005 - [Eleições no Chile](#)

¹ Chile e Bolívia vivem um conflito com relação ao acesso ao mar.

Chirac discursa na base de Ile Longue

Resenha
Segurança

Fernanda Assunção Soares
16 de fevereiro de 2006

Ao visitar a base de submarinos Ile Longue, o Presidente francês, Jaques Chirac, declarou que a França poderia fazer uso de seu arsenal nuclear contra qualquer Estado que praticasse atos terroristas ou usasse armas de destruição em massa contra seu país.

O Presidente francês Jacques Chirac, ao visitar a base de submarinos Ile Longue, na Bretanha, ao noroeste da França, fez um discurso anunciando que, frente a um suposto ataque terrorista ao país, a resposta francesa "poderia ser convencional, mas poderia também ser de outra natureza".

Tal alusão feita pelo presidente ao arsenal atômico francês significa, para alguns analistas, uma mudança na estratégia militar do país, pois, até o momento, o governo de Paris haveria se negado a apelar ao seu arsenal para se proteger de ameaças terroristas.

Em seu discurso, o presidente falou de novas ameaças num mundo pós Guerra Fria sem, no entanto, mencionar uma ameaça específica contra a França. "Em vários países, idéias radicais estão se espalhando, defendendo um confronto de civilizações", disse ele, acrescentando que "ataques cheios de ódio" poderiam escalar para "uma outra forma ainda mais séria de envolver outros países".

Chirac também disse que as armas nucleares francesas não teriam como objetivo dissuadir terroristas fanáticos, mas sim Estados que viessem a usar meios terroristas ou armas de destruição em massa contra a França. Segundo ele o país teria mudado sua estratégia, de modo que "a flexibilidade e a reatividade de nossas

forças nucleares nos permitisse exercer nossa resposta diretamente contra os centros de poder e a sua capacidade de agir". Isto ocorreria uma vez que a França teria reduzido o número de ogivas nucleares em alguns mísseis com o objetivo de atingir alvos específicos ao invés de arriscar uma destruição em grande escala.

Segundo especialistas militares essa diminuição não foi um passo em direção ao desarmamento¹, mas um movimento para aprimorar o desempenho das armas. Até então, cada submarino podia carregar 16 mísseis franceses M45, sendo cada um com seis ogivas nucleares. Ao reduzir o número de ogivas, chegando a um por míssil em alguns casos, as armas ficariam mais leves, teriam um maior alcance e uma capacidade mais acurada de atingir um alvo.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto Internacional para Estudos Estratégicos, em Londres, a França possui 348 armas nucleares, incluindo 288 mísseis balísticos lançados de submarinos, 50 mísseis de cruzeiro lançados do ar, e 10 bombas que podem ser lançadas por aviões. Ressalta-se que os mísseis balísticos lançados de submarinos revelam

¹ A França, enquanto signatária do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, é obrigada a progredir em direção ao desarmamento.

uma especial importância devido à capacidade desses submarinos em se esconderem e evitarem ser encontrados por um oponente.

Chirac também condenou “a tentativa de certos países de obter capacidades nucleares em transgressão a tratados”. Tal comentário foi feito em um período em que França, Grã-Bretanha, Alemanha e Estados Unidos tentam impedir o Irã de continuar com seu programa de enriquecimento de urânio (que teria como objetivo, segundo o governo iraniano, um programa de energia nuclear).

Segundo Francois Heisbourg, analista do *Paris-based Foundation for Strategic Research*, o discurso do presidente não seria “um discurso que se faz quando se esta tentando convencer pessoas a não adquirirem armars nucleares”. Entretanto, Heisbourg acredita que os comentários de Chirac não estariam visando uma mudança na política externa do país, mas seriam sim direcionados a uma audiência doméstica. O presidente estaria tentando proteger um programa nuclear que alguns argumentam ser muito caro (estima-se que a França gasta entre €3 a €3.5 bilhões por ano), além de tentar reforçar sua imagem no âmbito doméstico.

Referência

Sites:

The Washington Post

<http://www.washintonpost.com>

CNN

<http://www.cnn.com>

The Guardian

<http://www.guardian.co.uk/>

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/>

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Pe. Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Profa. Taiane Las Casas; Prof. Marco Paulo Gomes

Membros: Ana Flávia Lima Teles; Bárbara Gomes Lamas; Carolina Andressa Lima; Carolina Dantas Nogueira; Fernanda Assunção Soares; Jéssica Naime; Rafaella Arruda Melo Pereira; Sílvia H.G. Canêdo; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>